



USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO E IMPLICAÇÕES NAS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO REASSENTAMENTO SANTA RITA, PORTO VELHO/RO

Laila Cíntia Mota Belforte ¹

RESUMO

Em 2008 foi instalado no município de Porto Velho - RO, região norte do Brasil, duas usinas hidrelétricas, (Jirau e Santo Antônio) no rio Madeira. Uma das justificativas para sua instalação foram assentadas no suprimento de energia elétrica no Brasil, sobretudo para a região Centro-Sul. Todavia, a instalação de grandes usinas hidrelétricas (UHE) causam impactos socioeconômicos e ambientais diversos, modifica a organização territorial, alterando a realidade das populações atingidas diretamente pelas UHEs. Neste sentido, o objetivo do artigo é analisar, o processo da (des)territorialização das famílias atingidas no projeto de assentamento Joana D'arc I, II e III e o processo de reterritorialização no reassentamento Santa Rita. A metodologia utilizada foi composta pela pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo, para levantamentos de dados primários. As análises foram pautadas a partir do conceito de território, de modo a compreender o processo de (des)territorialização e reterritorialização. A implantação da UHE, apropriou-se de parte dos recursos naturais do qual a população assentada se mantinha. Desta forma foi verificadas dificuldades por parte da população no reestabelecimento das atividades produtivas de subsistência como a agricultura em terra firme.

Palavras-chave: Hidrelétricas, Território, Desterritorialização, Reassentamento, Santa Rita.

ABSTRACT

In 2008, two hydroelectric plants (Jirau and Santo Antônio) were installed in the municipality of Porto Velho - RO, in northern Brazil, on the Madeira River. One of the reasons for its installation was based on the supply of electricity in Brazil, especially for the Center-South region. However, the installation of large hydroelectric plants (UHE) causes different socioeconomic and environmental impacts, changes the territorial organization, changing the reality of populations directly affected by the UHEs. In this sense, the objective of the article is to analyze the process of (de)territorialization of the affected families in the Joana D'arc I, II and III settlement project and the process of reterritorialization in the Santa Rita resettlement. The methodology used consisted of bibliographical, documental and fieldwork research for primary data surveys. The analyzes were based on the concept of territory, in order to understand the process of (de)territorialization and reterritorialization. The implementation of the UHE appropriated part of the natural resources from which the settled population maintained itself. In this way, difficulties were observed on the part of the population in reestablishing subsistence productive activities such as agriculture on dry land.

Key words: Hydroelectric, Territory, Deterritorialization, Resettlement, Santa Rita.

¹ Mestranda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR, lailabelforte@gmail.com. Bolsista com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8010-4544>.



INTRODUÇÃO

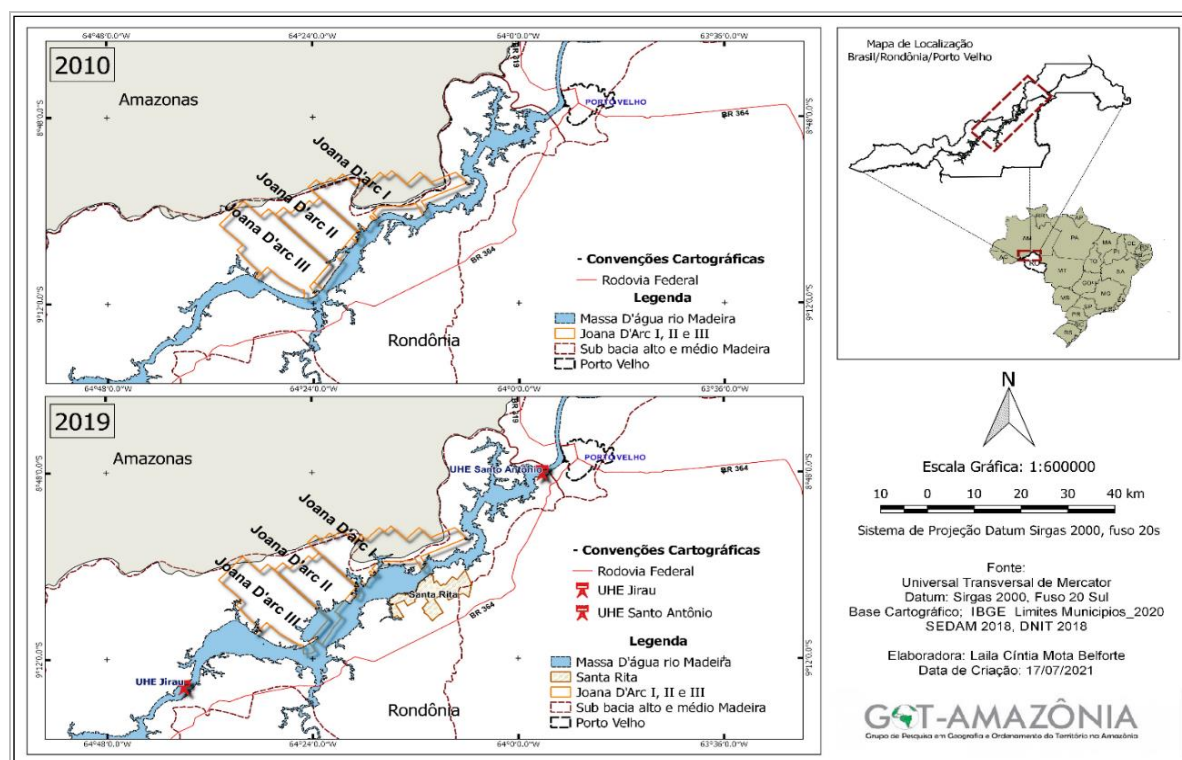
A construção de usinas hidrelétricas na Amazônia é uma das ações substanciais para o atendimento à demanda energética nacional, erroneamente vista como uma fonte de riquezas inesgotáveis a qual pode ser explorada. A instalação de grandes hidrelétricas causa impactos socioeconômicos e ambientais diversos, modifica a organização territorial e altera a realidade das populações atingidas diretamente pelas Usinas Hidrelétricas (UHEs). Essa crescente demanda de energia elétrica impulsiona a construção de grandes, médias e pequenas barragens e com elas emergem contradições sobre os reais impactos e efeitos sobre o ambiente e as comunidades ribeirinhas, bem como a dimensão real no entorno das comunidades (LIMA, 2015, p. 21).

Um desses impactos mais conflituosos é desencadeado sobre a população atingida por essas obras é a (des)territorialização, pois, a partir dela que ocorre a saída compulsória da população na área de influência do reservatório. Neste contexto, em 2008 foram instaladas no município de Porto Velho, Rondônia, região norte do Brasil, as usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira. As justificativas para as suas instalações foram embasadas no suprimento de energia elétrica no Brasil, principalmente para região Centro-Sul.

A ocorrência desses impactos incide no modo de vida de acordo com Candido (2010) e SILVA JUNIOR (2019), e expressa as modificações ocasionadas a grupos ou comunidades que tiveram seus territórios afetados por grandes projetos em face da civilização urbana e interesses capitalistas. Geralmente as populações são obrigadas a abandonar seus territórios ou migrar para outras regiões buscam como fator de persistência manter, em suas novas localidades, a conservação dos modos tradicionais de vida como fatos de defesa cultural, embora, na prática, os resultados não sejam positivos.

Em Porto Velho, conforme o Boletim Informativo da UHE Santo Antônio Energia (SAE, 2010), dentre as comunidades (des)territorializadas estão, o assentamento Joana D'arc I, II e III (atingido parcialmente e remanejados para o reassentamento Santa Rita), Engenho Velho (Novo Engenho Velho), Jaci Paraná - área urbana/atingido parcialmente - (Parque dos Buritis), Morrinhos (Morrinhos) Ramal Jatuarana, São Domingos, Porto Seguro Trata Sério, (Riacho Azul); São Domingos, Morrinhos, Zeca Gordo, Jaci Paraná - rural e Parcial - (São Domingos) Vila do Teotônio (Vila Nova de Teotônio), de acordo com figura 01.

Figura 01 - assentamento Joana D'arc I, II e III e reassentamento Santa Rita de 2010 a 2019.



Fonte: Elaborados pela autora com base na cartografia do IBGE (2020), DNIT (2018) e SEDAM (2018).

O caso analisado, é a respeito dos moradores do reassentamento Santa Rita, que é formado por famílias de agricultores que já tinham sido assentados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e que em 2011 foram reassentados em virtude do alagamento dos seus lotes pela Usina de Santo Antônio, em Santa Rita. Portanto, o objetivo do estudo consiste em entender o processo de (des)territorialização, através da análise dos impactos decorrentes da implantação da UHE Santo Antônio, na (des)territorialização dos moradores atingidos no assentamento Joana D'arc I, II e II, e quais são as implicações causadas no reassentamento Santa Rita.

O assentamento Joana D'arc foi constituído da década de 1990 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria (INCRA), destinada a integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e diversas famílias advindas de diferentes estados em busca de terras e melhores condições de vida. No assentamento Joana D'arc em 2011, foram removidas 176 famílias, porém estima-se que mais famílias foram afetadas de forma direta pelo lago da hidrelétrica, de acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB, 2011).



A (des)territorialização em parte do assentamento Joana D'arc I, II e II a partir de 2011, causou diversos problemas aos moradores do reassentamento Santa Rita que tinham o perfil econômico baseado na agricultura familiar e atividades extrativistas, a exemplo da coleta de castanha, açaí e madeira. Segundo Luiz (2019, p. 45), além da atividade econômica principal da agricultura familiar à qual se agregava muito do que a natureza oferecia (extrativismo e pesca). Assim como o trabalho informal, constituindo-se na venda de hortifrutigranjeiros e leite.

Com a (des)territorialização da população ocorreram mudanças no uso dos recursos naturais como a agricultura, do qual dependiam para a manutenção da renda e alimentação. Este fato tem implicado até os dias atuais no não reestabelecimento da subsistência para os moradores do reassentamento Santa Rita, revelando assim problemáticas a gestão territorial, já que o local onde a população foi reassentada era uma antiga fazenda, que tem apresentado solo impróprio para a agricultura familiar.

PERCURSOS METODOLOGICOS

Para compreender de que modo essa lógica da demanda energética nacional se deu no caso de grandes projetos hidrelétricos em Porto Velho, no caso da usina de Santo Antônio, o artigo tem como base o método materialista histórico dialético, pois, permite basear-se em uma interpretação ampla e constante, da realidade, o que possibilitou observar os fatos de forma contextual, política, econômica, de modo que viabilize a compreensão do todo da pesquisa, O método científico é considerado por Gil, (2008, p. 27) como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

O método científico serve como subsídio para o objeto de estudo, haja vista que o método é o caminho que faz o pesquisador chegar em um resultado ao com uma maior confiabilidade que de acordo com Spósito, (2004 p. 23), alerta que o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação. Deste modo buscando aspectos que caracterizam a realidade, analisando o caso estudado a ser compreendido a partir da totalidade.

O principal instrumento de pesquisa para a aquisição dos dados primários foi o Formulário de Coleta de Dados Geográficos (FCDG) elaborado pelo Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia (Got-Amazônia), composto por perguntas abertas, fechadas e mistas. Compõem questões em que os moradores pudessem comparar as



principais atividades de subsistência desenvolvida anterior ao processo de (des)territorialização (no assentamento Joana D'arc) e no processo de reterritorialização, ou seja, o reassentamento Santa Rita. Também, foi indagado aos moradores sobre o que consideram como pior, igual, ou melhor, em relação às atividades que desempenhavam em Joana D'arc I, II e III e atualmente em Santa Rita.

Os mapas que compõem o estudo foram construídos e analisados por meio do uso de vetores de drenagem, limites político estadual, municipal e rodovias para representar a localização da área de estudo. Como uso da vetorização da base de dados, obtidas pelas instituições, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015); SEDAM (2015); Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia - PLANAFLORO (1995) puderam ser editadas e transformadas para melhor compreensão da representação gráfica, ou seja, os vetores transformados para o *Datum: Sirgas 2000*, fuso 20s, EPSG:31980.

Deste modo, a aplicação do formulário foi realizada em forma de amostra aleatória simples, entrevistados 38 moradores representantes de um total de 135 lotes, o campo foi realizado em 2017, o qual tem periodicidade de 4 anos, com o próximo levantamento estimado para o segundo semestre de 2021.

Os percursos metodológicos permitiram identificar, através das entrevistas concedidas pelos moradores de Santa Rita, quais as implicações desencadeadas pela hidrelétrica de Santo Antônio ao serem (des)territorializados. Com base nas informações de suas atividades, econômicas e de subsistência anterior à construção da usina verificando *in loco* se houve o restabelecimento das atividades anteriormente exercidas no reassentamento Santa Rita.

REFERENCIAL TEÓRICO

As análises foram pautadas a partir do conceito de território, de modo a compreender o processo de (des)territorialização e uma possível (re)territorialização no processo de implantação da hidrelétrica, que se apropriou de parte dos recursos naturais do qual a população assentada se mantinha. Desta forma foi verificadas dificuldades por parte da população no restabelecimento das atividades produtivas de subsistência como a agricultura em terra firme.

Na abordagem de Souza (2001) a concepção de território é definida como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação”.



Ainda na perspectiva da relação entre território entendido a partir das relações de poder, nos aspectos econômicos e políticos, o território é produzido espaço-temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social. Deste modo, para o autor o conceito de território, pode ser entendido como temporário ou permanente e se efetiva em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como “território nacional” sob gestão do Estado-Nação.

Sendo assim, a natureza é inerente ao território, levando-se em consideração a globalidade da natureza pode ser permanente ou temporário e se ampara em diferentes escalas, portanto, não apenas naquela convencionalmente conhecida como o “território nacional” sob gestão do Estado - Nação. (SAQUET; CANDIOTTO, 2004).

Ao abordar o conceito de território, Souza (2001), auxilia na compreensão das dinâmicas territoriais dos fenômenos que modificam as relações humanas com o meio. Para o autor os “[...] Territórios existem e são construídos e (desconstruídos) nas mais diversas escalas, territórios podem ter um caráter permanente, mas também, podem ter uma existência periódica, cíclica” (Ibid., p. 81).

Um das dessas dinâmicas a ser compreendida é a (des)territorialização que conforme Haesbaert (2021, p. 269), vem associada muito mais às dinâmicas de despojo, espoliação e/ou expropriação territorial. Em suma, à precarização social dos grupos subalternos do que à simples mobilidade dos grupos hegemônicos, com a qual (des)territorialização é frequentemente associada em muitos discursos eurocentrados.

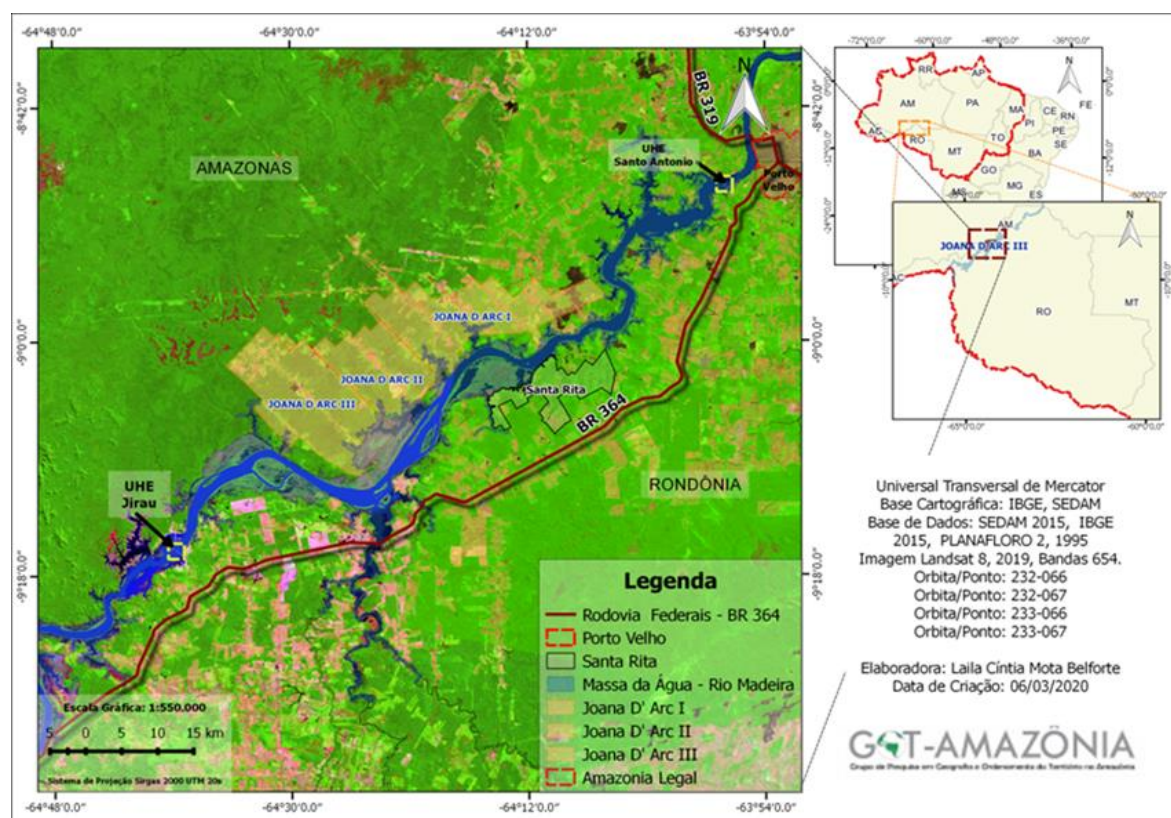
Exemplos desse processo de (des)territorialização em estudos de comunidades afetadas por usinas hidrelétricas, Silva (2016 p. 39) explica que neste caso “[...] a (des)territorialização representa o rompimento na forma de organização social, costumes e acordos estabelecidos ao longo de anos”.

Em outro estudo, uma comparação entre os povos amazônicos no Brasil e das montanhas da Catalunya Espanha, Cavalcante e Pujol (2018, p. 07) indicam que esse processo “[...] resulta em um (re)ordenamento territorial, marcado pelo rompimento da forma de organização anteriormente exercida e que nem sempre será restituída, emergindo outras formas de (re)organização”. Na medida em que há um rompimento na relação do homem com o território, ocorre a (des)territorialização.

O conceito de território se torna fundamental no entendimento à gestão territorial no que diz respeito o uso da área (des)territorializada que passa a ter novos usos ou diminuição e outro tipo de organização. Processo que pode ser observado na figura 02, o assentamento Joana D’arc

de onde foram (des)territorializados as famílias resulta no reassentamento Santa Rita que fica a 54 km de Porto Velho - RO.

Figura 02 - Localização do Assentamento Joana D'arc I, II e III e o reassentamento Santa Rita.



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Sendo assim, é evidente a imposição de interesses para a geração de energia elétrica, onde ao se apropriar de uma parte do rio e de toda área atingida pelo reservatório, consequentemente, a usina hidrelétrica apropria-se de uma parte do assentamento Joana D'arc. Impõe deste modo a (des)territorialização das famílias que incide diretamente nas atividades econômicas da agricultura familiar e atividades extrativistas das famílias do reassentamento Santa Rita.

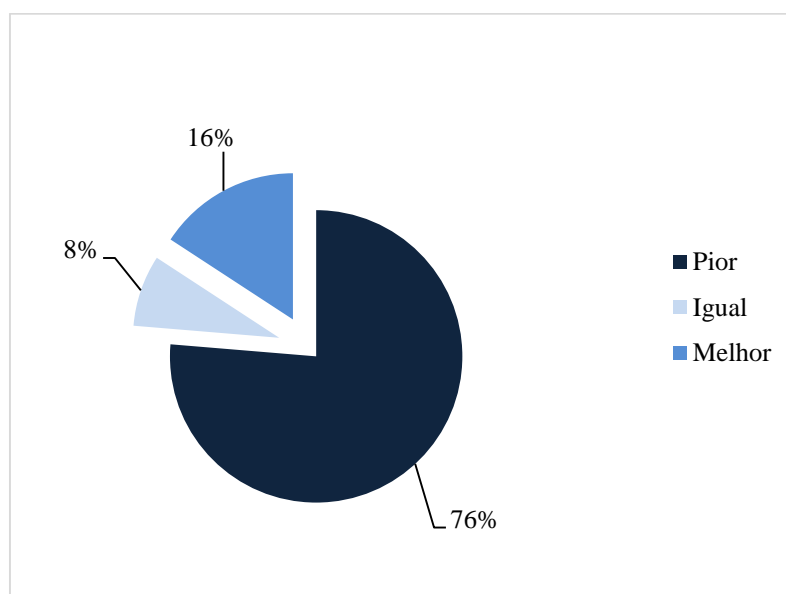
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao verificar sobre o desenvolvimento das atividades econômicas, em comparação com o antes e o depois da instalação da hidrelétrica de Santo Antônio, os entrevistados, apontaram



a agricultura como a atividade econômica mais importante. No entanto, ao ser comparado o desenvolvimento da atividade com a antiga localidade 76% dos entrevistados afirmaram que o cenário de desenvolvimento da atividade no reassentamento é pior. Cerca de 16% apontaram como sendo melhor e apenas 8% afirmaram que a atividade ficou igual, cuja atividade da agricultura não foram reestabelecidas em Santa Rita. Conforme figura 03:

Figura 03 - Comparação da agricultura de Santa Rita em relação a antiga localidade.



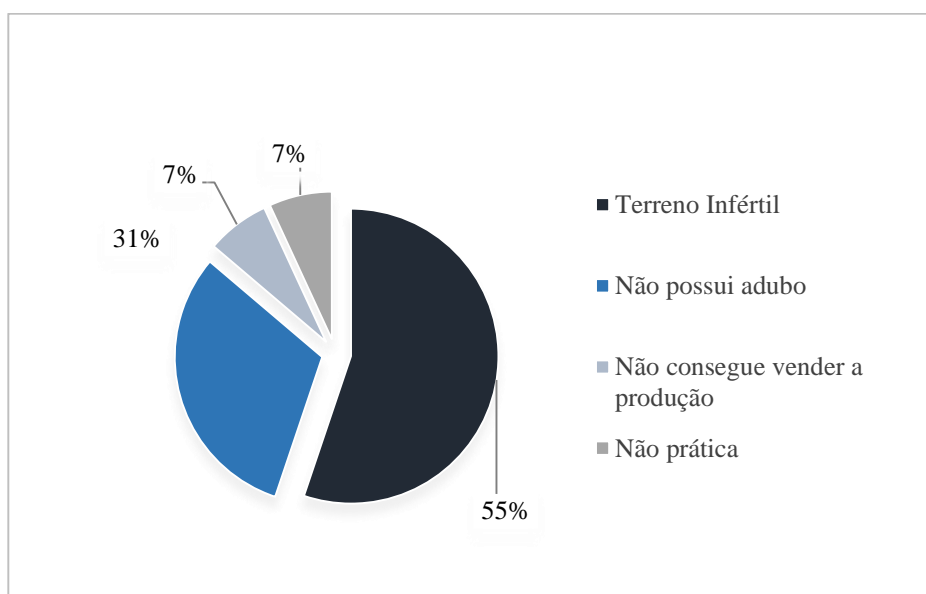
Fonte: Formulário de Coleta de Dados Geográficos (FCDG). Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia (Got-Amazônia).

Os entrevistados afirmam que o solo do reassentamento não é viável para a manutenção da produção agrícola, os moradores conseguiram plantar apenas nos primeiros meses, devido ao calcário e “auxílio” que recebiam. Com a perda da garantia de subsistência, a (des)territorialização dessas famílias para novos territórios com outra dinâmica de trabalho, promovendo a interrupção das relações familiares de vizinhança, evocam uma pluralidade de situações de transformação, retratadas em perdas, que contemplam o espaço físico, gerando o estranhamento da nova situação vivida até as relações cotidianas. (HAESBAERT, 1997).

Os moradores desterritorializados de Joana D’arc possui uma trajetória cercada por diversas transformações, após serem remanejados, tiveram rupturas na sua forma de trabalho e modo de vida, na forma de moradia, sendo obrigada a se adaptar a um novo modo de vida. A situação vivenciada pelos atingidos gera incertezas.

A resposta dos moradores em pior, igual, ou melhor, entre o assentamento e o reassentamento, em relação à agricultura, o quadro pessimista foi justificado, pois, 55% dos entrevistados apontam que “o solo não produz”. Os reassentados alegam que a terra é infértil e 31% afirmou não possuir adubo para corrigir o solo e 7% não conseguem vender a produção, bem como 7% não praticavam essa atividade anteriormente. De acordo com figura 04:

Figura 04 - Justificativa da Comparação da agricultura de Santa Rita em relação a antiga localidade.



Fonte: Formulário de Coleta de Dados Geográficos (FCDG). Grupo de Pesquisa em Geografia e Ordenamento do Território na Amazônia (Got-Amazônia).

As famílias da comunidade de Santa Rita, anteriormente a (des)territorialização, praticavam mais de um meio de subsistência, sendo estes a pesca, a agricultura, o manejo de reserva legal e a criação de animais, de modo que Segundo Luiz (2019), “Os moradores dependiam da agricultura para sobreviver antes da construção da barragem, mas hoje não conseguem sequer colher o suficiente para a subsistência própria e da família, muito menos auferir uma renda extra com a pesca, colheita de sementes, etc.”. Ainda conforme a autora:

Diversas famílias possuíam propriedades acima de cinquenta hectares no assentamento Joana D’arc. Traduzindo tal proposta, os moradores acordaram com a empresa que receberiam 10 (dez) hectares nos 48 respectivos reassentamentos e 40 (quarenta) hectares como reserva legal. Entretanto, não restou suficientemente esclarecido o que de fato seria o regime de condomínio, ou seja, a informação de que a área seria disponibilizada em comum para todos os moradores e não individualmente, bem como seria ofertada em local distante daquele onde passariam a residir. Para os reassentados, a Santo Antônio Energia S.A. entregaria 50 (cinquenta)



hectares de terra, que abrangeria tanto a área de produção e moradia quanto a reserva legal (LUIZ, 2019, p. 47).

Essas alterações no modo de vida foi indicada por Rocha e Costa (2010), “ao tratar sobre comunidades afetadas por hidrelétricas, ressalta que as atividades econômicas, a vida social e as demais relações das populações remanescentes locais se alteram no confronto com o novo e o desconhecido ambiente artificialmente produzido enquanto as populações (des)territorializadas vão sofrer alterações em seus novos espaços para os quais foram remanejados”. Não houve o reestabelecimento das atividades produtivas pelas famílias reassentadas onde a maioria dos moradores substituiu por outras atividades de subsistência.

Para o reassentamento foi escolhida uma área de fazenda, com o agravante de o solo ser impróprio para a agricultura, como exposto pelos entrevistados. Esse fato alterou o modo de vida dos assentados, o que os levou a outro tipo de organização territorial. A atividade de subsistência e a agricultura, com a implantação da Usina hidrelétrica de Santo Antônio, foram substituídas, gradativamente, por outras formas de sustento, como trabalho assalariado, autônomo, e auxílio de programas do Governo, como o Bolsa Família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados deixam evidente o rompimento da organização territorial que se materializa com a insatisfação da inviabilidade da produção agrícola, revela um cenário pior em termos dessa atividade, comparado ao que tinham anteriormente. Portanto, o processo de (des)territorialização causa e tensiona os moradores do reassentamento de Santa Rita ao futuro incerto, como a subsistência. Deste modo não é possível afirmar ainda uma reterritorialização no reassentamento, necessário se faz acompanhamento adequado/efetivo para este processo. A indicação ocorre por se encontrarem em “processo de adaptação”, demanda maior tempo de acompanhamento de estudos relacionados à comunidade.

Os estudos sobre comunidades atingidas por hidrelétricas trazem importantes contribuições, como a evidência da falta generalizada de compromisso ou de capacidade técnica ao se lidar com o deslocamento de pessoas. Os atores locais (comunidade) estão a mercê de políticas pré-estabelecidas em escala maior que não atendem as especificidades locais. Por isso, são (des)territorializados, já não são amparados pela legislação e órgãos licenciadores.

REFERÊNCIAS



CANDIDO, A. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação sobre os seus meios de vida. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre azul, 2010.

CAVALCANTE, M. M. A. e PUJOL, A. F. T. **Hidrelétricas e (re)ordenamento do território**: uma comparação entre os povos amazônicos (Brasil) e das montanhas da Catalunya (Espanha), **Confins** [Online], 36 | 2018, posto online no dia 01 julho 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/14107>. Acesso em: 02 mai. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAESBAERT, R. **Território e Descolonialidade**: sobre o giro (multi) territorial/ de(s)colonial na América Latina. 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. ISBN 978-987-722- 832-8

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

LIMA, H. R. **Território e Políticas de “Sustentabilidade” em Usinas Hidrelétricas**. Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

LUIZ, A. M. M. T. **Conflitos socioambientais gerados pelo complexo hidrelétrico de Santo Antônio**: uma análise nos processos de remanejamento das comunidades afetadas / Aídee Maria Moser Torquato Luiz. – Porto Alegre, 2019. 214 p.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM (MAB). **Reivindicações imediatas dos atingidos pela usina de Santo Antônio**, 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/noticia/reivindica-es-imediatas-dos-atingidos-pela-usina-santo-ant-nio>. Acesso em: 05 mai. 2021.

ROCHA, G. S; COSTA, J. E. da. **Do Território a Desterritorialização**: o caso dos atingidos pela Barragem de Anagé (BA). 2010. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, Crise e autonomia: espaço e resistência e de esperanças. Porto Alegre, 2010.

SANTO ANTÔNIO ENERGIA (SAE). **Hidrelétrica Santo Antônio**, 2010. Disponível em: https://santoantonioenergia.com.br/wpcontent/uploads/2014/07/03remanejamento_pessoas.pdf. Acesso em: 03 mai. 2021.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SILVA, G. V. L. da. **Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira Rondônia e a (des)territorialização da comunidade de Teotônio**: é possível uma (re)territorialização?. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia, 2016.106f.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SILVA JUNIOR, J. G. **A desterritorialização da comunidade ribeirinha de São Domingos em Porto Velho/RO: uma análise dos discursos e suas subjetividades.** 1ª ed. Curitiba, Paraná: CRV, 2019.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o Ensino do Pensamento Geográfico.** São Paulo: Unesp, 2004.